

Acesso a medicamento de alto custo

Procedimentos anteriores ao judiciário que irão garantir o seu direito!

Saiba tudo com o especialista

GIP

www.prezoti.com.br



— GONÇALVES IGNÁCIO & PREZOTI —

SOBRE O AUTOR

PREZOTI
PREZOTI

GONÇALVES IGNÁCIO & PREZOTI



GONÇALVES IGNÁCIO & PREZOTI

Keryston Prezoti é sócio fundador do escritório GIP, inscrito no OAB/SP 456.698, é advogado especialista e com experiência na área do Direito da Saúde, contando também com passagem e aprendizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no gabinete dos desembargadores.

VISITE NOSSO SITE
PARA SABER MAIS

WWW.PREZOTI.COM.BR

00

Introdução



01

Aprendendo tudo sobre
os medicamentos de
Alto Custo

02

Legislação e Direitos
do Paciente

03

Procedimentos
Anteriores ao Judiciário

04

Importância de um
Advogado Especializado
e Considerações Finais

05

Dicas práticas

06

Recursos e
Referências

ÍNDICE

O Desafio do Acesso a medicamentos de Alto Custo

Em um mundo onde avanços médicos revolucionários são frequentemente celebrados e a expectativa de vida continua a aumentar, pode parecer que estamos vivendo em uma era de milagres da medicina. No entanto, por trás dessa fachada de progresso, uma sombra crescente ameaça a saúde e a qualidade de vida de muitos indivíduos em todo o globo: o acesso a medicamentos de alto custo.

Enquanto a ciência e a indústria farmacêutica continuam a desenvolver terapias inovadoras e medicamentos que prometem curas e tratamentos eficazes, uma questão fundamental surge: quem realmente pode pagar por esses avanços médicos? O acesso a medicamentos de alto custo emergiu como uma das problemáticas mais urgentes e cruciais do nosso tempo, lançando luz sobre a profunda disparidade entre a promessa da medicina moderna e a realidade enfrentada por muitos pacientes.

Neste ebook, exploraremos diretamente o acesso aos medicamentos de alto custo, abordando e apresentando um passo a passo dos procedimentos anteriores ao judiciário que irão garantir o seu direito à saúde e o melhor tratamento. Mais do que isso, explicaremos as diferentes abordagens e soluções para o acesso ao medicamento de alto custo, conforme sua categorização e responsabilidade de disposição, buscando sempre mitigar esse problema e garantir que todos tenham a oportunidade de receber tratamentos de qualidade, independentemente de sua condição financeira.

Se você ou alguém querido sofre com dificuldade de acesso financeiro, negativa de cobertura, processos burocráticos complexos, atrasos no tratamento, falta de conhecimento legal, limitações geográficas, isolamento social, desinformação, estigma e discriminação ou falta de recursos de apoio no geral, saiba que este e-book é destinado especialmente para lhe ajudar a garantir o seu direito à saúde e ao tratamento necessário para sua dignidade de vida.

A questão do acesso a medicamentos de alto custo é muito mais do que uma preocupação médica ou econômica; é uma questão de justiça, dignidade humana e equidade. Ao longo das páginas deste ebook, você será levado a uma jornada de aprendizado que considera a importância vital de abordar essa problemática e a esperança de um futuro em que o acesso a tratamentos de ponta seja um direito fundamental para todos, e não um privilégio reservado a poucos.

Vamos agora embarcar nesta exploração crucial, e aprender o passo a passo que irá garantir seu direito, esperando que juntos possamos contribuir para um mundo onde a saúde não seja determinada pelo saldo bancário, mas sim pela nossa capacidade de curar e cuidar uns dos outros.

Conhecendo os Medicamentos de Alto Custo

Medicamentos de alto custo são uma classe especial de tratamentos farmacêuticos que se destacam por seu preço substancialmente elevado em comparação com os medicamentos convencionais. Esses medicamentos são frequentemente reservados para o tratamento de condições de saúde graves, complexas e muitas vezes raras. Eles podem abranger uma ampla gama de terapias, incluindo medicamentos biológicos, terapias genéticas, tratamentos contra o câncer e medicamentos para doenças autoimunes, entre outros. A característica comum que une todos esses medicamentos é sua capacidade de oferecer uma esperança real de melhoria ou cura para condições de saúde que, de outra forma, seriam debilitantes ou fatais.

A Necessidade dos Medicamentos de Alto Custo

Por que a sociedade investiria em medicamentos que custam uma fortuna? A resposta está na natureza das condições de saúde que esses medicamentos visam tratar. Existem várias razões fundamentais pelas quais os medicamentos de alto custo são necessários.

Complexidade das Condições de Saúde

Muitas vezes, esses medicamentos são a única opção viável para condições de saúde extremamente complexas. Doenças raras, cânceres agressivos e doenças autoimunes, por exemplo, podem ser intratáveis com tratamentos convencionais. Os medicamentos de alto custo são desenvolvidos para abordar especificamente as características únicas dessas doenças.

Inovação Médica

Os medicamentos de alto custo frequentemente representam avanços significativos na pesquisa médica e farmacêutica. Eles são frutos de décadas de pesquisa e desenvolvimento e envolvem tecnologias de ponta. Sua complexidade justifica os altos custos associados à pesquisa, testes clínicos e produção.

Populações Limitadas: Em muitos casos, as condições que esses medicamentos tratam afetam apenas uma pequena parcela da população. Isso resulta em volumes de produção relativamente baixos, o que aumenta o custo unitário dos medicamentos.

Necessidade de Personalização: Alguns medicamentos de alto custo são adaptados às características genéticas individuais dos pacientes. Essa personalização aumenta os custos, mas também melhora a eficácia do tratamento.

Qualidade de Vida: Para muitos pacientes, esses medicamentos representam a única esperança de uma qualidade de vida melhor ou de sobrevivência. Eles podem aliviar sintomas debilitantes, retardar a progressão da doença e, em alguns casos, levar à cura.

Em resumo, os medicamentos de alto custo são uma resposta direta às condições de saúde desafiadoras e complexas que afetam um número relativamente pequeno de pessoas. Eles representam a busca incansável pela vida, pela saúde e pelo alívio do sofrimento humano. No entanto, os altos custos associados a esses medicamentos também geram debates sobre equidade no acesso e sustentabilidade dos sistemas de saúde, questões que serão abordadas em detalhes neste livro.

Legislação e Direitos do Paciente

O acesso a medicamentos de alto custo no Brasil é um direito fundamental de todo cidadão, consagrado na Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. No entanto, para garantir que esse direito seja efetivamente assegurado, foi necessária a criação de uma legislação específica. Neste capítulo, exploraremos as principais leis e regulamentos que regem o acesso a medicamentos de alto custo no país, bem como seu impacto na vida dos pacientes.

Não existe um artigo específico que garanta o acesso a medicamentos de alto custo nos planos de saúde, mas sim um conjunto de disposições e regulamentações que estabelecem as regras e condições para essa cobertura. Abaixo, destacam-se alguns dos principais pontos relacionados à cobertura de medicamentos de alto custo em planos de saúde:

Lei dos Planos de Saúde

A Lei 9.656/1998 estabelece as regras gerais para os planos de saúde no Brasil. Ela determina que os planos de saúde são obrigados a oferecer cobertura para procedimentos médicos, exames e tratamentos necessários à preservação da saúde dos beneficiários.

Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS:

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mantém o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que lista os procedimentos, exames e tratamentos que os planos de saúde são obrigados a cobrir. A ANS periodicamente revisa e atualiza esse rol, incluindo a incorporação de medicamentos de alto custo quando necessário. Os medicamentos incorporados ao Rol da ANS devem ser disponibilizados pelos planos de saúde.

Já no que importa ao direito ao acesso de maneira geral:

Lei Orgânica da Saúde: Estabelece as diretrizes e bases do sistema de saúde no Brasil. Ela reafirma o direito universal à saúde e define o acesso a medicamentos como parte integrante desse direito. A lei também cria o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem a responsabilidade de garantir o acesso a medicamentos de alto custo.

Legislação que dispõe sobre o fornecimento de medicamentos pelo SUS: Esta lei regulamenta o fornecimento de medicamentos pelo SUS e define os critérios para a dispensação de medicamentos de alto custo. Ela estabelece que o acesso aos medicamentos deve ser pautado por critérios clínicos e epidemiológicos, além de levar em consideração a eficácia, segurança e custo-efetividade dos tratamentos.

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT): Define o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) como uma ferramenta importante para orientar o uso de medicamentos de alto custo no SUS. Os PCDTs estabelecem critérios para diagnóstico, tratamento e acompanhamento das condições de saúde que requerem medicamentos específicos. Eles são fundamentais para padronizar o acesso e garantir a equidade entre os pacientes.

Ação (Processo) e Decisões Judiciais

Além das leis e regulamentos mencionados, muitos pacientes buscam acesso a medicamentos de alto custo por meio de ações (processos) e decisões judiciais. O Poder Judiciário tem desempenhado um papel crucial ao garantir o acesso a tratamentos quando o sistema de saúde falha em fornecer os medicamentos necessários. No entanto, essa abordagem também levanta questões sobre a sustentabilidade do sistema e a necessidade de melhorias no acesso.

No contexto da legislação brasileira que respalda o direito ao acesso a medicamentos de alto custo, alguns dos principais artigos e disposições legais incluem:

No contexto da legislação brasileira que respalda o direito ao acesso a medicamentos de alto custo, os principais artigos estão dispostos na própria Constituição Federal:

Artigo 6º

Estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

Artigo 196

Afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

Portanto, embora não haja artigos específicos que garantam o acesso a medicamentos de alto custo nos planos de saúde, as disposições legais e regulatórias mencionadas estabelecem o enquadramento geral para essa cobertura e os procedimentos necessários para obtê-la. É fundamental que os beneficiários estejam cientes de seus direitos e leiam atentamente seus contratos para entender as condições de cobertura de medicamentos. Em casos de negativa indevida, é possível buscar orientação junto à ANS e, se necessário, recorrer ao Poder Judiciário para garantir o acesso ao tratamento adequado.



— GONÇALVES IGNÁCIO & PREZOTI —

ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Procedimentos anteriores ao Judiciário

Caminhos a serem percorridos

Antes de adentrarmos ao passo a passo simplificado das etapas para realizar a sua solicitação, de modo a promover maior garantia de êxito em seu pedido do medicamento de alto custo, inclusive, garantindo-se documentalmente para uma futura ação judicial no caso de negativa, importante delinear os caminhos a serem percorridos pela busca aos medicamentos de alto custo, no intuito de melhor compreender as suas motivações e em muitos casos, demora elevada e negativa infundada.

A Busca pelos Medicamentos de Alto Custo no SUS: Um Caminho Complexo e Necessário.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista fundamental para a promoção da saúde pública e o acesso universal aos serviços médicos. No entanto, quando se trata de medicamentos de alto custo, a jornada dos pacientes pode se tornar uma verdadeira odisséia. Neste capítulo, exploraremos o intrincado processo de solicitação e obtenção desses medicamentos por meio do SUS, um caminho repleto de desafios, burocracia e esperança.



ESTE PASSO A
PASSO FOI
ELABORADO
PARA QUE
VOCÊ
GARANTA
SEU DIREITO



CAPÍTULO TRÊS

O Ponto de Partida: Diagnóstico e Prescrição

A busca por medicamentos de alto custo começa com um diagnóstico médico preciso e a prescrição do medicamento pelo profissional de saúde adequado. Normalmente, esses medicamentos são indicados para condições de saúde graves, como câncer, doenças autoimunes, doenças raras ou outras patologias complexas. O médico deve documentar cuidadosamente a necessidade do medicamento, incluindo a justificativa para sua escolha.

Regulação e Incorporação no SUS

A inclusão de um medicamento de alto custo no rol de medicamentos disponíveis pelo SUS é um processo demorado e complexo. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) desempenham papéis críticos na avaliação da eficácia, segurança e custo-efetividade desses medicamentos. A incorporação de um medicamento no SUS é uma etapa essencial para que ele se torne acessível a pacientes em todo o país.

Solicitação e Protocolo

Após a incorporação de um medicamento de alto custo no SUS, o paciente deve solicitar o tratamento em uma unidade de saúde pública ou em um hospital credenciado. Nesse momento, inicia-se um processo burocrático que inclui a apresentação de documentos médicos, prescrições detalhadas e informações sobre a situação socioeconômica do paciente. A criação de um protocolo é uma etapa crítica para garantir que o medicamento seja fornecido de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Avaliação Socioeconômica

A avaliação socioeconômica é um dos aspectos mais delicados do processo. É nessa etapa que o paciente deve comprovar sua carência financeira, demonstrando que não possui recursos para arcar com os altos custos do medicamento. Isso envolve a apresentação de documentos que comprovem renda, residência e outras informações financeiras relevantes.

Tempo de Espera e Desafios

Após a solicitação, os pacientes frequentemente enfrentam longos períodos de espera. A disponibilidade de medicamentos de alto custo pode variar de acordo com a região do país e a demanda. Essa espera é uma das partes mais angustiantes da jornada, especialmente para pacientes cujas condições de saúde requerem tratamento imediato.



Passo a Passo do Processo de Solicitação de Medicamentos de Alto Custo pelos Planos de Saúde.

O processo de solicitação de medicamentos de alto custo nos planos de saúde pode variar entre as diferentes operadoras, a exemplo Amil, SulAmérica, Unimed e Bradesco Saúde. No entanto, geralmente, os passos básicos são semelhantes. Aqui está um guia geral sobre como solicitar medicamentos de alto custo em planos de saúde:

Passo 1: Diagnóstico Médico e Prescrição

Consulte um médico especializado que possa diagnosticar sua condição de saúde e prescrever o medicamento de alto custo necessário.

Passo 2: Verificação da Cobertura

Entre em contato com a operadora do plano de saúde (Amil, SulAmérica, Unimed ou Bradesco Saúde) para verificar se o medicamento está coberto pelo seu plano. Você pode encontrar essa informação no contrato do seu plano ou entrando em contato com o serviço de atendimento ao cliente da operadora.

Passo 3: Documentação Médica

O médico que fez a prescrição deve fornecer toda a documentação médica necessária, incluindo laudos médicos, exames clínicos e a prescrição do medicamento de alto custo. Certifique-se de que esses documentos estejam completos e atualizados.

Passo 4: Solicitação Formal

Envie uma solicitação formal à operadora do plano de saúde, geralmente por meio do serviço de atendimento ao cliente ou pelo site da operadora.

A solicitação deve incluir a documentação médica, detalhes sobre o medicamento prescrito e informações pessoais.

Passo 5: Avaliação da Operadora

A operadora do plano de saúde avaliará a sua solicitação com base na documentação apresentada, nos critérios de cobertura e nas políticas internas da operadora. Este processo pode levar algum tempo, e você deve estar preparado para aguardar uma resposta.

Passo 6: Aprovação ou Negativa

A operadora do plano de saúde informará se a sua solicitação foi aprovada ou negada. Se aprovada, você receberá orientações sobre como obter o medicamento. Se negada, você terá direito a recorrer da decisão ou buscar assistência legal, se necessário.

Passo 7: Recebimento do Medicamento

Se aprovada, siga as instruções da operadora para receber o medicamento de alto custo. Isso pode envolver a retirada do medicamento em uma farmácia credenciada, a entrega em domicílio ou outros procedimentos específicos.

É importante ressaltar que o processo pode variar de acordo com a operadora e o tipo de plano de saúde. Portanto, é fundamental entrar em contato diretamente com a operadora do seu plano (Amil, SulAmérica, Unimed, Bradesco Saúde ou qualquer outro) para obter informações precisas e atualizadas sobre como proceder com a solicitação de medicamentos de alto custo. Esteja preparado para fornecer toda a documentação necessária e acompanhar o processo de perto para garantir um resultado positivo. Em casos de negativa injustificada, considere buscar assistência jurídica ou recorrer à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Passo a Passo do Processo de Solicitação de Medicamentos de Alto Custo pelo SUS.

Já quanto a solicitação de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), trata-se de um processo detalhado que envolve várias etapas. Aqui está um passo a passo que esclarece cada uma dessas etapas, os documentos necessários e para onde encaminhar o pedido:

Passo 0: Requisitos para atendimento realizar pedidos e atendimentos pelo SUS

Preliminarmente, indicamos existir duas situações diferentes: a primeira, se o paciente já realiza atendimento no SUS e; na segunda, casos em que o paciente não faz seu tratamento pelo SUS.

Em todos os casos, o paciente necessita ter o Cartão Nacional de Saúde, que pode ser requerido, em regra, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), sendo necessário apresentar um documento de identidade válido, o CPF e um comprovante de residência. (Para Crianças que não possuem o RG, a Certidão de Nascimento basta)

Pontuado isto, passamos a elencar o passo a passo para obtenção dos medicamentos.

Passo 1: Diagnóstico Médico e Prescrição

O processo começa com o diagnóstico de uma condição de saúde que requer um medicamento de alto custo. O paciente deve consultar um médico especializado, que avaliará a necessidade do medicamento e prescreverá o tratamento. É importante que o médico documente a condição do paciente, a justificativa para a prescrição do medicamento e, se possível, forneça alternativas terapêuticas.

Atentamos que nas ocasiões em que o paciente já está em tratamento por meio do SUS, as orientações na maioria dos casos devem ser recebidas diretamente no serviço que já faz o acompanhamento clínico, sendo o medicamento prescrito pelo próprio médico que assiste o paciente e indicado pela sua equipe o local de retirada do fármaco.

Passo 2: Verificação da Incorporação no SUS

Verifique se o medicamento em questão já foi incorporado ao SUS. Isso pode ser feito através do site da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) ou consultando a Secretaria de Saúde do seu estado. Caso o medicamento não esteja incorporado, o acesso ao medicamento será pouco mais dificultoso, todavia, ainda possível.



Passo 3: Documentação Completa

Reúna todos os documentos médicos necessários, que geralmente incluem:

A prescrição médica detalhada, incluindo nome do medicamento, dose, frequência e duração do tratamento.

Laudos médicos que comprovem a condição de saúde do paciente e a necessidade do medicamento.

- Exames clínicos e laboratoriais que confirmem o diagnóstico.
- Receita específico do SUS, que pode ser obtido em unidades de saúde.
- Formulário fornecido pela secretária da saúde, o famoso LME, preenchido pelo médico com as duas vias (original e cópia) assinado.

Obs1. Caso o médico que lhe acompanha não forneça ou preencha o laudo que solicita, avalia e autoriza os medicamentos, aconselhamos que busque uma unidade de saúde próxima ao local de sua residência, já acompanhado de toda documentação possível e solicite ao médico de plantão que preencha as informações necessárias ou faltantes.

Obs2. Observe que o laudo médico deve detalhar a doença, seu tratamento e comprovar a necessidade em usar o medicamento ou tratamento prescrito. No relatório LME (com original e cópia), o médico deve informar o código da enfermidade que consta na classificação internacional de Doenças (CID) e indicar o número de seu cadastro no Conselho Regional de Medicina, com carimbo e assinatura com nome completo.

Passo 4: Avaliação Socioeconômica

Avalie a situação socioeconômica do paciente e reúna os documentos necessários, que podem variar dependendo do estado, mas geralmente incluem:

- Cartão do SUS.
- PIS/PASEP (se possível)
- Documento de identificação do paciente (RG, CPF, Carteira de Trabalho, certidão de nascimento, etc.).
- Comprovante de residência.
- Comprovante de renda ou declaração de renda, que pode incluir contracheques, declaração de imposto de renda, comprovante de benefícios sociais, entre outros.



Passo 5: Protocolo na Unidade de Saúde

Se já usuário do SUS, dirija-se a uma unidade de saúde pública ou hospital credenciado pelo SUS e procure o setor responsável pelo protocolo de solicitação de medicamentos de alto custo. Apresente toda a documentação médica e socioeconômica reunida nos passos anteriores.

Se o tratamento não for realizado pelo SUS, o paciente deverá fazer o requerimento perante a Secretária de Saúde Municipal ou Estadual.

Ao solicitar o medicamento, é importante pedir uma cópia do protocolo.

Passo 6: Aguardar Avaliação e Autorização

Após protocolar a solicitação, o processo passará por uma avaliação que considera a documentação médica e socioeconômica do paciente. Isso pode levar algum tempo, e a disponibilidade do medicamento pode variar de acordo com a região e a demanda.

Passo 7: Recebimento do Medicamento

Caso a solicitação seja aprovada, o paciente será avisado por telegrama e receberá o medicamento de alto custo em uma unidade de saúde pública ou hospital designado pelo SUS. O tratamento geralmente é acompanhado por profissionais de saúde que monitoram a resposta do paciente ao medicamento.

É importante destacar que o processo de solicitação de medicamentos de alto custo pode ser demorado e, em alguns casos, complexo. Pacientes e suas famílias devem estar preparados para enfrentar desafios burocráticos e, em alguns casos, podem recorrer a assistência jurídica para garantir o acesso ao tratamento necessário. É fundamental buscar orientação junto à Secretária de Saúde do estado ou município para obter informações específicas sobre o processo na sua região.



Segue um quadro descritivo com um cola do passo a passo (de bolso):



ETAPA	Descrição
Passo 1: Diagnóstico Médico e Prescrição	• Diagnóstico por médico especializado; • Prescrição do medicamento; • Documentação da condição do paciente com justificativa.
Passo 2: Verificação da Incorporação no SUS	• Verificar se já consta na lista de medicamentos obrigatórios ou; • Se não consta na lista de obrigatórios.
Passo 3: Documentação Médica Completa	• Prescrição médica detalhada, com nome, dose, frequência, duração, CID e CRM; • Laudo médico fundamentando a necessidade do medicamento; • Exames Clínicos e laboratoriais; • Receituário específico do SUS (se o caso); • Formulário preenchido e assinado (LME).
Passo 4: Avaliação Socioeconômica	• Cartão SUS; • Documentos Pessoais (PIS, CPF, CTPS, CERTIDÃO DE NASCIMENTO); • Comprovante de residência; • Comprovante de renda.
Passo 5: Protocolo na Unidade de Saúde	• Protocolar em alguma Unidade de Saúde Pública ou; • Protocolar na Secretária da Saúde Municipal ou Estadual, a depender do caso; • Solicitar cópia do protocolo.
Passo 6: Aguardar Avaliação e Autorização	• Aguardar e acompanhar a avaliação e autorização.
Passo 7: Recebimento do Medicamento	• Estar apto a receber telegrama acerca da conclusão do pedido; • Buscar o medicamento no local designado.

Importância de um Advogado Especializado e Considerações Finais

No percurso deste livro, exploramos os desafios enfrentados pelos pacientes ao buscar o acesso a medicamentos de alto custo no Brasil. Desde a complexa burocracia até as restrições financeiras, o caminho muitas vezes parece repleto de obstáculos intransponíveis. No entanto, existe uma poderosa ferramenta que pode ser o elo crucial para desbloquear essa jornada: a advocacia especializada.

A advocacia especializada em saúde é uma disciplina legal dedicada a proteger os direitos dos pacientes no sistema de saúde. Quando se trata de medicamentos de alto custo, essa forma de advocacia desempenha um papel indispensável. Eis por que é tão crucial:

Conhecimento Profundo da Legislação e Regulamentos:

Os advogados especializados em saúde têm um conhecimento aprofundado das leis, regulamentos e políticas de saúde em vigor no país. Eles compreendem as nuances do sistema de saúde e sabem como navegar pela burocracia complexa.

Defesa dos Direitos Individuais:

Cada paciente é único, com circunstâncias de saúde e recursos financeiros próprios. Um advogado especializado pode analisar cuidadosamente o caso de um paciente e defender seus direitos de forma personalizada, identificando soluções adaptadas à situação específica.

Acesso a Recursos Legais:

Os advogados especializados têm acesso a recursos legais que podem acelerar o processo de obtenção de medicamentos. Eles podem entrar com ações judiciais, recursos administrativos e medidas de urgência quando necessário, para garantir que o paciente obtenha o tratamento adequado.

Negociação com Planos de Saúde e Órgãos Públicos:

Muitas vezes, a negociação direta com planos de saúde ou órgãos públicos é necessária para obter a cobertura de medicamentos de alto custo.

Advogados especializados têm experiência em negociações e podem aumentar as chances de sucesso.

Paz de Espírito para os Pacientes:

Enfrentar a burocracia e lutar por seus direitos pode ser emocionalmente desgastante para os pacientes e suas famílias. Ter um advogado especializado pode aliviar essa carga, permitindo que os pacientes foquem em sua saúde e bem-estar.

Em conclusão, a advocacia especializada desempenha um papel fundamental na garantia do acesso a medicamentos de alto custo. Ela representa uma luz no fim do túnel para muitos pacientes que enfrentam desafios significativos. Embora o sistema de saúde possa ser complexo e muitas vezes impenetrável, a expertise e o compromisso dos advogados especializados oferecem esperança, justiça e a promessa de tratamento adequado para aqueles que mais precisam. Ao reconhecer a importância dessa advocacia, abrimos as portas para uma saúde mais justa e acessível para todos.

Agora que você já sabe tudo sobre seu direito ao recebimento de medicamentos de alto custo e aprendeu como solicitar perante o Plano de Saúde e ao SUS, basta realizar os procedimentos citados acima e garantir seu direito à saúde.

E, caso o Plano de Saúde ou o SUS negue ou dificulte seu acesso ao medicamento ou tratamento necessário, não pense duas vezes em solicitar ajuda.

Meu compromisso com você vai além de valor, missão ou promessa.

Não descansarei até lhe ajudar a garantir o seu direito!

CAPÍTULO CINCO

Dicas Práticas para Garantir seu Direito

Busque Informações:

Informe-se sobre a sua condição de saúde, os medicamentos necessários e os recursos disponíveis. Conhecer a sua situação é o primeiro passo para lidar com o sistema de saúde, afinal, saber o tempo que pode ser aguardado, a urgência da solicitação e alternativas de tratamento podem definir a garantia a seu direito a saúde no momento certo.

Consulte um Médico Especializado:

Consulte um médico especializado na sua condição de saúde. Eles poderão orientar sobre o tratamento adequado, fornecer a prescrição correta e documentar a necessidade do medicamento de alto custo.

Esteja Preparado com Documentação:

Mantenha todos os documentos médicos organizados, incluindo laudos, exames, prescrições e receitas. Essa documentação é fundamental para a solicitação dos medicamentos.

Conheça os Prazos e Procedimentos:

Familiarize-se com os procedimentos e prazos para solicitar os medicamentos de alto custo no sistema de saúde, seja pelo SUS ou pelo plano de saúde. Cada processo pode ter suas próprias regras e cronogramas.

Verifique a Lista de Medicamentos Disponíveis:

Confira se o medicamento está na lista de medicamentos disponíveis no SUS (no caso do sistema público) ou no Rol da ANS (no caso de planos de saúde). A presença na lista é um requisito para a cobertura.

Esteja Preparado para a Avaliação Socioeconômica:

Se for necessário passar por avaliação socioeconômica, reúna os documentos financeiros necessários, como comprovantes de renda e residência, e esteja pronto para demonstrar a sua necessidade financeira.

Mantenha um Registro das Comunicações:

Mantenha um registro de todas as comunicações com o sistema de saúde, incluindo datas, nomes de profissionais e números de protocolo. Isso pode ser útil se você precisar acompanhar o progresso da sua solicitação e adentrar no judiciário.

Considere Assistência Jurídica, se Necessário:

Talvez a dica mais importante deste ebook: Se encontrar obstáculos significativos no processo, como negativas injustificadas, considere buscar assistência jurídica. Um advogado especializado em saúde pode ajudar a defender seus direitos, inclusive, antes do início do processo judicial.

Seja Persistente e Paciente:

O processo de obtenção de medicamentos de alto custo pode ser demorado e desafiador. Mantenha-se persistente, acompanhe o progresso da sua solicitação e esteja preparado para lidar com possíveis contratempos.

Lembre-se de que cada caso é único, e as circunstâncias podem variar dependendo da condição de saúde, do local e do sistema de saúde em questão. Portanto, é importante buscar orientações específicas para o seu caso junto a profissionais de saúde e organizações especializadas. A paciência, a determinação e a busca ativa por informações são fundamentais ao enfrentar a burocracia do sistema de saúde.

CAPÍTULO SEIS

Referências e Recursos que irão Garantir seu Direito

Abaixo listamos fontes de informação adicionais, como sites governamentais e apresentamos o LME para impressão e preenchimento.

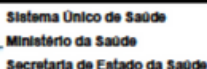
[Para consulta dos medicamentos disponíveis na Secretaria de Estado da Saúde, clique aqui.](#)

[Caso queira realizar a solicitação de medicamento por protocolo clínico de tratamento, de medicamentos não disponibilizados nos programas oficiais do SUS, por meio online, clique aqui.](#)

[Caso queira verificar o passo a passo indicado por uma entidade governamental, clique aqui](#)

[Caso queira acessar o LME, para impressão ou preenchimento online, clique aqui](#)

**Segue Formulário LME para
conhecimento:**

**SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTO(S)**

2- Nome do estabelecimento de saúde solicitante

4. Peso do paciente*

e-Altura do paciente

4. Nome da Mãe do Paciente*

e. Quantidade solicitada*

E-Quantidade solicitada-					
1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês

1. mios	2. mios	3. mios	4. mios	5. mios	6. mios

[illegible]

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

^a CID-10^b

10. Diagnóstico

11. Anamnese¹

12. Paciente realizou tratamento prévio ou está em tratamento da doença?

☐ NÃO ☐ SIM Relatar:

13. **Atestado de capacidade***

A solicitação do medicamento deverá ser realizada pelo paciente. Entretanto, fica dispensada a obrigatoriedade da presença física do paciente considerado incapaz de acordo com os artigos 3º e 4º do Código Civil. O paciente é considerado incapaz?

☐ NÃO ☐ SIM. Indicar o nome do responsável pelo paciente, o qual poderá realizar a solicitação do medicamento

Nome do responsável:

14- Nome do médico solicitante⁵

17- Assinatura e carimbo do médico*

15. Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS) do médico solicitante*

16. Data da solicitação*

19 - CAMPOS ABAIXO PREENCHIDOS POR^a: ☐ Paciente ☐ Mãe do paciente ☐ Responsável (descrito no item 13) ☐ Médico solicitante
☐ Outro. Informar nome: _____ e CPF _____

19- Raça/Cor/Etnia informado pelo paciente ou responsável*

Banca

□ Amarela

Prota

Indigenous Informant Field:

Page 10

21. Número do documento do paciente

☐ CPF ou ☐ CNS

23. Correio eletrônico do paciente

20- Telefone(s) para contato do paciente

23- Assinatura do responsável pelo preenchimento⁸

* CAMPOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Instruções para preenchimento do LAUDO PARA SOLICITAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (LME)

SOLICITAÇÃO DO MEDICAMENTO

Campo 1 - Nome do Paciente: preencher com o nome completo do paciente sem abreviaturas.	Campo 7 - Diagnóstico: diagnóstico da doença que motivou a solicitação do(s) medicamento(s), descrito com base na denominação da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10).
Campo 2 - Cartão Nacional de Saúde (CNS): preencher com o número do CNS do paciente.	Campo 8 - CID-10 Principal: preencher com o CID - 10 que corresponde à doença/lesão de base que motivou a solicitação do(s) medicamento(s).
Campo 3 - Nome do estabelecimento do médico solicitante: preencher com o nome fantasia do estabelecimento de saúde ao qual o médico solicitante está vinculado e que originou a solicitação de medicamento(s).	Campo 9 - CID-10 Secundário: preencher com o CID - 10 que corresponde à doença/lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos patológicos que conduziram diretamente a doença de base. Campo de preenchimento não obrigatório.
Campo 4 - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES): preencher com o código identificador do estabelecimento de saúde ao qual o médico solicitante está vinculado e que originou a solicitação de medicamento(s).	Campo 10 - Anamnese: histórico do paciente que vai desde os sintomas iniciais até o momento da observação clínica, realizado com base nas lembranças do paciente.
Campo 5 - Medicamento: preencher com o(s) nome(s) do(s) medicamento(s) solicitado(s), de acordo com o descrito na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.	Campo 11 - Alterações laboratoriais significativas: preencher, somente se necessário, as principais alterações laboratoriais que auxiliaram/definiram a doença em questão. Campo de preenchimento não obrigatório.
Campo 6 - Quantidade solicitada: preencher com a quantidade do(s) medicamento(s) solicitado(s) para cada mês de tratamento.	Campo 12 - Tratamentos prévios: preencher com os tratamentos medicamentoso(s) e/ou não medicamentoso(s) previamente utilizados pelo paciente para a doença em questão. Campo de preenchimento não obrigatório.

Campo 13 – Condição clínica do paciente: É dispensada a obrigatoriedade da presença daquele considerado incapaz de acordo com os artigos 3º e 4º do Código Civil: De acordo com a avaliação clínica pelo médico, descrever se o paciente preenche os critérios, ou não, de incapacidade. Caso apresente, descrever o nome completo do responsável pelo paciente.	Campo 20 – Altura: preencher com a altura do paciente, em metros, no dia do preenchimento.
Campo 14 – Nome do médico solicitante: preencher com o nome do profissional que solicita o procedimento, que deve estar cadastrado no CNES do estabelecimento solicitante.	Campo 21 – Peso: preencher com o peso do paciente, em quilogramas, no dia do preenchimento.
Campo 15 – Data da solicitação: preencher com a data da solicitação, registrando o dia mês e ano no formato dd/mm/aaaa.	Campo 22 – Sexo: preencher com o sexo do paciente, assinalando com um “x” no quadro indicativo: M – Masculino ou F – Feminino.
Campo 16 – Documento: assinalar com um “x” no campo correspondente ao CNS ou CPF que será descrito pelo profissional solicitante no campo 17.	Campo 23 – Município de residência/UF: preencher com o nome do município de residência do paciente e a sigla da unidade federativa a que pertence o município. Deve se considerar como município de residência, o local fixo do paciente e não o de permanência temporária.
Campo 17 – Nº Documento: preencher com o nº do documento (CNS ou CPF) utilizado pelo profissional solicitante.	Campo 24 – Endereço: preencher com o endereço completo – rua, número, complemento e bairro.
Campo 18 – Assinatura e carimbo do médico: assinatura e carimbo com número de registro no Conselho de Classe do médico solicitante.	Campo 25 – Telefone de contato: preencher com número de telefone para possíveis contatos com o paciente.
Campo 19 – Data de nascimento: preencher com a data de nascimento do paciente no formato dd/mm/aaaa.	Campo 26 – Nome da mãe ou responsável: preencher com o nome completo da mãe ou do responsável pelo paciente.

Campo 27 – Nome do profissional responsável pelo preenchimento: preencher com o nome do profissional que preencheu os dados complementares do paciente em questão, o qual deve estar cadastrado no CNES do estabelecimento solicitante.
Campo 28 – Data do preenchimento: preencher com a data do preenchimento dos dados complementares no formato dd/mm/aaaa.
Campo 29 – Documento: assinalar com um “x” no campo correspondente ao CNS ou CPF que será descrito pelo profissional responsável pelo preenchimento dos dados complementares do paciente no campo 30.
Campo 30 – Nº documento: preencher com o nº do documento (CNS ou CPF) utilizado pelo profissional responsável pelo preenchimento dos dados complementares do paciente.
Campo 31 – Assinatura do responsável pelo preenchimento: assinatura do profissional responsável pelo preenchimento dos dados complementares do paciente.

SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA	
Campo 1 – Nome do paciente: preencher com o nome completo do paciente sem abreviaturas.	Campo 4 – CID-10 principal: preencher com o CID-10 principal descrito pelo médico solicitante.
Campo 2 – Cartão Nacional de Saúde (CNS): preencher com o número do CNS do paciente.	Campo 5 – CID-10 secundário: preencher com o CID-10 secundário descrito pelo médico solicitante. Caso o médico não o descreveu, deixar este campo em branco.
Campo 3 – Código(s)/ Medicamento(s): preencher com os medicamentos solicitados e seus respectivos códigos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, de preferência, na mesma ordem da solicitação.	Campo 6 – Ocorre quando a solicitação de algum medicamento preenche os critérios descritos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da referida doença os demais parâmetros definidos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Assinalar o(s) número(s) correspondentes ao(s) medicamento(s) deferido(s).

Campo 7 – Devolução: caracteriza-se pela ausência de informação ou de documentos/exames ou preenchimento incorreto da solicitação do medicamento que impedem a plenitude da análise. Deve-se assinalar qual o motivo da devolução e o(s) número(s) correspondente(s) ao(s) medicamento(s) devolvido(s),	Campo 12 – Data da avaliação: preencher com a data da avaliação no formato dd/mm/aaaa.
Campo 8 – Especificação: descrever, se necessário, informações complementares que auxiliem no esclarecimento do motivo da devolução.	Campo 13 – Documento: assinalar com um “x” no campo correspondente ao CNS ou CPF que será descrito pelo avaliador no campo 14.
Campo 9 – Indeferimento: caracteriza-se pela negativa da solicitação do(s) medicamento(s), seja por não preencher os critérios estabelecidos pelo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da referida doença, e/ou os demais parâmetros definidos no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Deve-se assinalar qual o motivo da devolução e o(s) número(s) correspondente(s) ao(s) medicamento(s) devolvido(s), quando necessário.	Campo 14 – Nº Documento: preencher com o nº do documento (CNS ou CPF) utilizado pelo avaliador.
Campo 10 – Especificação: descrever, se necessário, informações complementares que auxiliem a esclarecer o motivo do indeferimento.	Campo 15 – Assinatura e Carimbo do avaliador: assinatura e carimbo do avaliador.
Campo 11 – Nome do avaliador: preencher com o nome completo do avaliador.	

Instruções para preenchimento do LAUDO PARA SOLICITAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (LME)

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Campo 1 – Autorização: assinalar se a solicitação de um ou mais medicamentos, previamente deferidos pelo avaliador, poderá ser autorizada. Assinalar o(s) número(s) correspondentes ao(s) medicamento(s) autorizado(s).

Campo 6 – Data da autorização: preencher com a data da autorização, registrando o dia, mês e ano no formato dd/mm/aaaa.

Campo 2 – Especificação: descrever, se necessário, informações complementares que auxiliem a esclarecer o motivo da não autorização ou demais parâmetros que justificam alguma alteração.

Campo 7 – Documento: assinalar com um “x” no campo correspondente ao CNS ou CPF que será descrito pelo autorizador no campo 08.

Campo 3 – Número da Autorização de Procedimento de Alto Custo (APAC): Descrever o número de APAC (Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Custo no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIA/SUS) gerado.

Campo 8 – N° Documento: preencher com o n° do documento (CNS ou CPF) utilizado pelo autorizador

Campo 4 – Vigência: Descrever o período de vigência da APAC.

Campo 9 – Assinatura e carimbo do autorizador: assinatura e carimbo do autorizador

Campo 5 – Nome do autorizador: preencher com o nome do autorizador.



Que prevaleça a VIDA

Ao chegarmos ao final desta jornada em busca do entendimento e do acesso aos medicamentos de alto custo, quero expressar minha gratidão pela sua dedicação e interesse.

A jornada de lidar com condições de saúde desafiadoras e a burocracia do sistema de saúde pode ser árdua, mas sua busca por conhecimento e sua determinação em enfrentar esses desafios são admiráveis. Lembre-se de que, mesmo nas situações mais difíceis, existe sempre a possibilidade de encontrar apoio, orientação e soluções.

Continue a lutar por seus direitos, busque assistência quando necessário e nunca subestime o poder da perseverança. Que este ebook tenha sido uma fonte de informação e inspiração, e que você siga em frente com coragem, esperança e a convicção de que a saúde é um direito de todos. Você é um exemplo de resiliência, e sua história pode inspirar mudanças positivas em nossas vidas e no sistema de saúde como um todo. Obrigado por sua dedicação e por ser agente de transformação e luz na vida da pessoa que motivou esta sua busca por conhecimento

**Quem segue a justiça e a lealdade encontra
vida, justiça e honra**

- KERYSTON PREZOTI

